

A promoção automática na década de 50: uma revisão bibliográfica na RBEP

Cláudia de Oliveira
Fernandes

Palavras-chave: ciclos;
avaliação; promoção
automática; progressão
continuada; aprovação;
repetência; fracasso escolar.

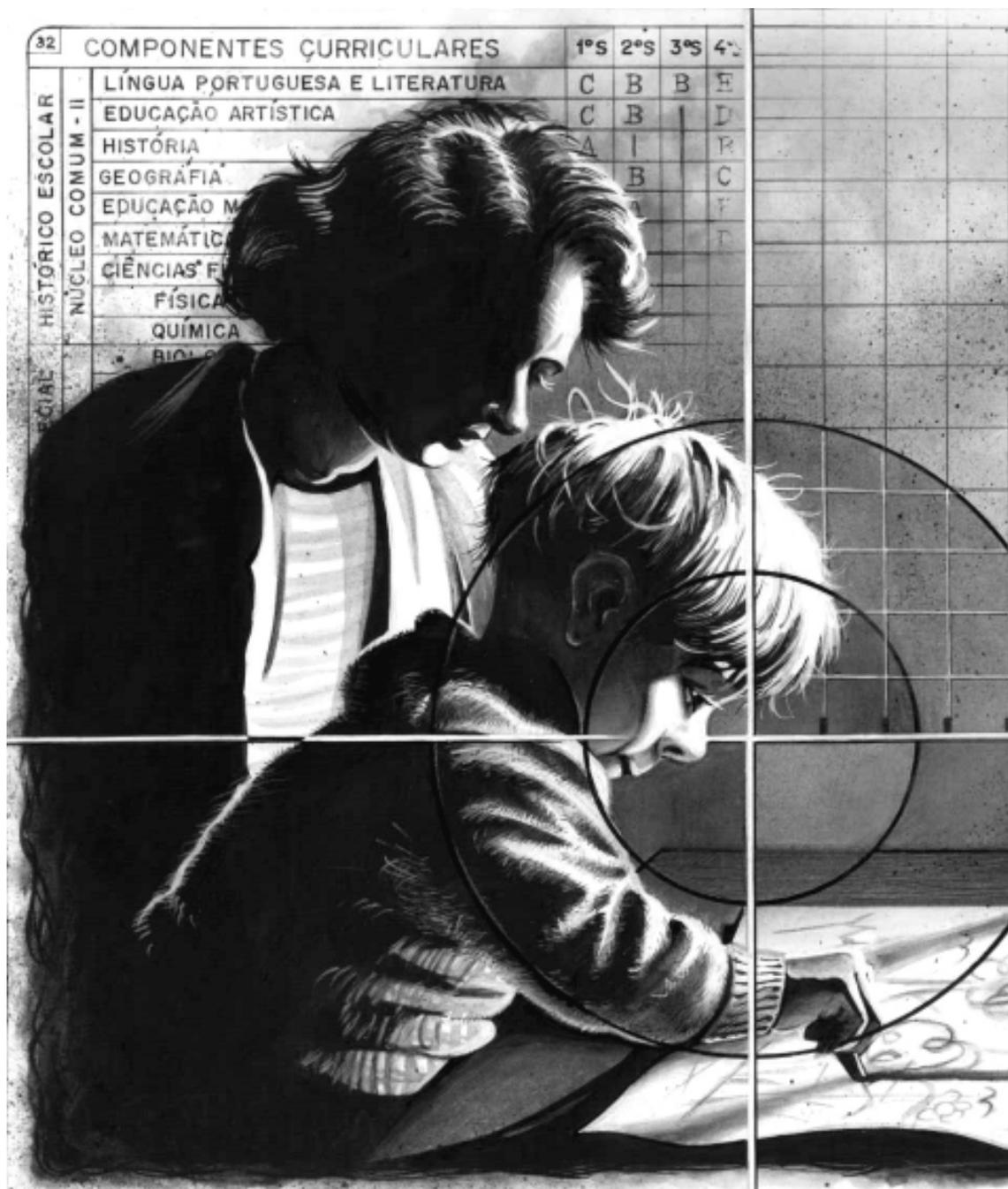


Ilustração: Elias Carvalho Silveira

Apresenta uma revisão bibliográfica da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* acerca do tema da promoção automática na década de 50. O levantamento teve como intenção provocar o debate em torno do pressuposto de que os fundamentos encontrados nos atuais discursos e documentos sobre a organização da escolaridade em ciclos e da progressão continuada muito se assemelham aos de décadas passadas.

Introdução

O tema das políticas de não-reprovação e os estudos em torno da promoção automática marcam longa data no Brasil. Políticas referentes à implantação de tais propostas foram anunciadas, pela primeira vez, ainda na década de 20 (Mainardes, 1998, 2001; Barreto, 1999). Entretanto, foi na década de 50 que propostas de *aprovação automática* foram encaradas com entusiasmo e otimismo por políticos e gestores de políticas educacionais. Da mesma forma, alguns educadores e pesquisadores em educação também mostravam esse otimismo; porém, eram cautelosos e apontavam os limites da importação parcial e descontextualizada de modelos de outros países (Almeida Júnior, 1957; Pereira, 1958; Leite, 1959).

Os fundamentos encontrados nos discursos atuais acerca da organização da escolaridade em ciclos e da progressão

continuada muito se assemelham aos de décadas passadas. Este trabalho explora o tema da promoção automática, na década de 50, através das idéias veiculadas na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*, retomando as discussões ocorridas nesse período, no intuito de ajudar a compreensão dos atuais debates em torno da organização da escolaridade em ciclos e progressão continuada.

Justificativa e metodologia

O motivo que levou a realizar um levantamento bibliográfico de artigos na década de 50 surge a partir de um discurso do então presidente da República Juscelino Kubitschek (JK), publicado na *RBEP*, no qual a promoção automática vem associada ao discurso do progresso e de um "sistema vitorioso entre os povos mais adiantados" (Kubitschek, 1957). Este discurso tão enfático sobre o tema, proferido às professoras primárias recém-formadas de Belo Horizonte, motivou a procura do que acontecia no Brasil nesse período.

Uma leitura um pouco mais aprofundada de bibliografia relativa ao tema também demonstrou que, nesse período, as discussões passam a tomar força e surgem as primeiras propostas oficiais em relação à promoção automática, no sentido tal qual entendemos hoje. Além do discurso do presidente da República, aparecem estudos de órgãos internacionais (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura – Unesco) sobre o fenômeno da reprovação e sugestões de adoção de medidas que o eliminem e de modelos de experiências estrangeiras, com destaque para a inglesa.

A escolha da *RBEP* se deu pelo fato de que, sendo a revista uma publicação do Inep, e tendo este erigido Anísio Teixeira como presidente à época, a mesma continha artigos de educadores expressivos no contexto educacional brasileiro, bem como representava, de certa forma, o discurso oficial. Além disso, a *RBEP* trazia, publicados, artigos de jornais e revistas da época que versavam sobre temas educacionais, espelhando a opinião pública acerca da educação.

Foram revisados todos os artigos publicados na *RBEP* na década de 50 a partir das palavras-chave: promoção, repetência,

fracasso, progressão, aprovação, reprovação e ciclo na escola primária (de 1ª a 4ª série do ensino fundamental). Porém, na tentativa de contemplar de forma um pouco mais abrangente o pensamento no período e, para que esse recorte temporal ficasse melhor compreendido, foram também procurados artigos do final da década de 40 e início da década de 60. No ano de 1949 foi encontrado um artigo. No início dos anos 60 nenhum texto foi encontrado a partir das palavras-chave selecionadas, só voltando o tema da promoção automática a aparecer ao final dessa década, mais precisamente no ano de 1967, e início dos anos 70. Dessa forma, tais artigos não foram analisados, pois fugiam ao objetivo deste trabalho.

Dentre as palavras-chave pesquisadas, *promoção*, *repetência*, *reprovação* e *aprovação* foram as encontradas nos títulos dos artigos nesse período. Nenhum artigo foi encontrado com as palavras-chave *progressão* ou *fracasso*. Um artigo foi encontrado com a palavra *ciclo*, mas em nada tinha ligação com o que hoje vem sendo chamado de ciclo de escolaridade. Ao todo, foram encontrados sete artigos no período da década de 50. Desse total, quatro são artigos, dois são reproduções de artigos de jornais e um foi publicado inicialmente na revista *Pesquisa e Planejamento*, um boletim do Centro Regional de Pesquisa Educacional de São Paulo. Nenhum dos textos se apresenta como resultado de pesquisa. O artigo de 1949, "O problema da repetência na escola primária", de Ofélia Boisson Cardoso, foi utilizado pela sua temática relevante ao tema abordado neste trabalho.

Análise dos artigos

O primeiro artigo a ser analisado, "O problema da repetência na escola primária", de Cardoso (1949), apresenta o problema de repetência na 1ª série da escola primária como o "ponto nevrálgico" do fenômeno da reprovação. Vemos que, nesse período, a reprovação na primeira série já era encarada pelos educadores como um fenômeno, devido às altas taxas de repetência. A partir dessa constatação, a autora trabalha com alguns dados estatísticos do período e apresenta argumentos de fundo psicológico e de adaptação da criança a um primeiro ambiente socializador mais amplo para explicar a reprovação e a evasão na primeira série. A autora aponta também que o problema da

repetência já havia sido denunciado como grave em Congresso de Educação e Saúde realizado em São Paulo em 1940. O artigo segue, então, com uma análise mais aprofundada da questão, com a autora apresentando seus pontos de vista a partir de "quatro tipos de influências: pedagógicas, sociais, médicas e psicológicas" (Cardoso, 1949, p. 79). Quanto às questões pedagógicas, Cardoso sublinha que o aprendizado da leitura e da escrita nem sempre é motivador para a criança, independente dos métodos utilizados. A autora argumentava que a receita para uma boa alfabetização é o dom do professor em despertar o interesse de seus alunos, dizendo que do ponto de vista pedagógico, o problema máximo da 1ª série está situado na ação do professor, de quem se deve exigir vocação, dom e preparo profissional especializado.

Patto (1996) analisou o artigo de Cardoso, classificando-o como importante historicamente, pelo fato de abordar o tema da repetência e suas causas e, por isso, constituindo-se uma exceção na primeira década de existência da *RBEP*. Para Patto, o artigo representa a maneira característica de se pensar o fracasso escolar naquela época e seria o precursor na forma como o problema do fracasso viria a ser abordado e compreendido nas décadas seguintes.

Ao analisar as idéias de Cardoso quanto aos fatores pedagógicos, Patto afirma que a autora expressa o pensamento da Escola Nova ao centrar a ação pedagógica no objetivo de despertar o interesse do aluno, uma vez que esse ideal é expresso claramente no Manifesto dos Pioneiros de 1932.

Cardoso (1949, p. 82-83) relaciona os fatores sociais com a ação negativa da família, pois o meio familiar é a antítese do meio escolar.

O que a escola procura construir, a família destrói. (...) Os exemplos vivos e flagrantes insinuam-se na carne, no sangue das crianças, ditando-lhes formas amorais de reação, comportamentos anti-sociais. A influência é tanto mais perniciosa quanto mais baixa é a idade cronológica e o nível de maturidade social.

O pensamento de que, as famílias dos alunos concorrem de forma concreta para o fenômeno da reprovação, continua quando Cardoso elenca que "os heróis do morro, em constante malandragem, vivem uma vida sem normas, regras" e que este

tipo de vida é contrária ao ambiente escolar que preconiza "normas de higiene", que exige "honestidade", que aconselha "boas maneiras". No entanto, aliada ao pauperismo, a autora faz uma ressalva que não só ele é o responsável pelos fatores sociais, pois alunos que se originam de famílias mais favorecidas social e economicamente também são casos difíceis, uma vez que podem ser "cumentos do irmãozinho mais novo, ou filhos únicos, etc."

Patto (1996, p. 89), em sua análise, diz que quando Cardoso passa a tratar dos fatores sociais,

ela nos surpreende duplamente: primeiro, pela incoerência que introduz seu raciocínio, ao passar a atribuir as principais dificuldades da escola pública a características externas à escola e localizadas no aluno e em seu ambiente familiar e cultural; em segundo lugar, pela maneira preconceituosa e estereotipada como vê os integrantes das classes subalternas, certamente portadora do preconceito racial confirmado pelas teorias racistas em vigor nos meios intelectuais brasileiros até pelo menos a década anterior e pelas teorias antropológicas que as sucederam, cuja influência sobre a maneira de pensar as diferenças sociais foi muito mais duradoura.

Citando os fatores médicos, Cardoso novamente atribui à pobreza, à fome, à falta de saneamento básico, às doenças a responsabilidade pelo quadro de insucesso e reprovações.

Os fatores psicológicos também dizem respeito às potencialidades das crianças, que têm a ver com os antecedentes hereditários, com a história da pessoa. Para detectar problemas de ordem psicológica nas crianças, a autora rebate que não bastam os testes psicológicos para atestar se as crianças são "retardadas, débeis ou imbecis". É necessário também o conhecimento do meio familiar dos resultados de exames médicos passados. Novamente, de certa forma, a família aparece como um fator de grande responsabilidade pelo fracasso dessas crianças.

Este artigo parece de grande relevância para compreender as análises posteriores quanto à implantação de um sistema de promoção automática. O tema da promoção automática aparece na revista, ao longo dos anos 50, em artigos que vão se fazendo mais constantes já na segunda

metade da década.¹ Apenas um artigo foi encontrado em 1954 (Wilson, 1954), sendo a tradução de um texto de autor inglês que relata a experiência de adequação séria/idade na Inglaterra. Em artigos seguintes, quando seus autores se propõem a tecer críticas sobre o tema, uma das afirmações, nesse sentido, diz respeito à não-aceitação de modelos estrangeiros que nada teriam com nossa realidade. Nota-se também, que o tema da promoção automática é analisado muito mais do ponto de vista político e econômico e vinculado mais a discursos no âmbito de políticas educacionais de governos do que a aspectos pedagógicos e educativos. O único estudo que aborda a questão da promoção automática do ponto de vista puramente pedagógico é o de Dante Moreira Leite (1959).

O artigo "Promoção automática e adequação do currículo ao desenvolvimento do aluno", de Leite (1959), traz, inicialmente, uma reflexão acerca do sentido da reprovação. Para realizar essa reflexão, o autor discute o sentido da escola fundamental e o seu papel na sociedade. O primeiro ponto trazido por Leite é o fato de os alunos serem obrigados a freqüentar a escola por lei. Discute o papel do governo que propõe a obrigatoriedade e, em contrapartida, parece não propor solução para o fenômeno da reprovação. Esse aspecto é interessante, uma vez que podemos pensar ser esta uma boa justificativa dada pelo autor para o sistema de promoção automática, apresentado e defendido mais adiante, mas com ressalvas.

Citando conseqüências desastrosas da reprovação, demonstra espanto quanto ao fato de ser aceita pelas escolas. Para tal, destaca três razões fundamentais que justificariam tal aceitação: uma de ordem histórica: a escola é uma instituição tradicionalmente seletiva, e duas de ordem educativo-pedagógica: classes que devem ser heterogêneas e a crença de que prêmio e castigo são formas educativas e concorrentes de uma boa aprendizagem. Nesse ponto, o texto toma corpo no sentido de que o autor vai tecendo argumentos para mais na frente defender a instituição da promoção automática. Leite (1959, p. 19) fundamenta suas idéias na "psicologia contemporânea" e na "pedagogia atual". A primeira "revela e comprova as enormes diferenças de inteligência e interesse entre os indivíduos". A segunda

eliminou a repetição da lição como atividade útil ou desejável. Numa sociedade de extrema diferenciação de trabalho, importa despertar e manter as diferenças de interesse; num mundo em transformação rápida e constante, importa preparar o aluno para ajustar-se a situações novas, não para repetir soluções apresentadas. Se pensarmos nestas condições peculiares da sociedade em que vivemos, perceberemos imediatamente que a classe homogênea, de ideal educacional, passou a ser apenas um problema didático.

A citação acima não só nos fornece as fontes nas quais Leite pauta seus argumentos, como nos revela que muito do discurso que hoje se utiliza para justificar as mudanças em educação, em relação às mudanças na sociedade, já era proferido pelo menos em 1959.

Quanto ao prêmio e castigo, o autor também vai contra-argumentar dizendo que seus efeitos não são permanentes, que não são educativos e *que* "destroem exatamente o sentido da escola e do estudo" (Leite, 1959, p. 21).

Para Leite (*ibidem*, p. 24), a aprovação e reprovação passaram a ter um valor em si, deixando em segundo plano os verdadeiros sentidos da escola. O aluno estuda para aprender e não para tirar boa nota ou evitar a reprovação. Dessa maneira, o autor desenvolve a idéia de que se deve transformar a escola em uma instituição eficiente e que medidas básicas devem ser efetuadas para que isso possa acontecer: a adequação do currículo ao desenvolvimento do aluno e a instituição da promoção automática. Ressalta que essas duas questões sozinhas não eliminam os problemas, mas são "necessidades básicas para o ajustamento da criança à escola". Leite discute de forma consistente a questão curricular e de aprendizagem. Cita Dewey, Herbert Wright, Miller (psicólogos). Quanto à promoção automática diz que é a única solução coerente para a pedagogia poder lidar com as diferenças de interesse e de desenvolvimento ao longo das faixas etárias. A organização das séries por idade resolve o problema dos diferentes interesses decorrentes de idades diferentes: "a única solução para esse problema é a promoção automática – que se fará por idade: crianças de 7 anos no primeiro ano; as de 8, no segundo e assim por diante" (Leite, 1959, p. 28).

¹ Os artigos serão apresentados numa ordem cronológica a fim de tecer um encaideamento na discussão travada ao longo dos anos 50 sobre o tema. Entretanto, o artigo de Leite (1959) será analisado inicialmente, pelo fato de apresentar o assunto de forma aprofundada e, dessa maneira, ser uma boa fonte de relação com os demais aspectos abordados nos artigos seguintes.

Ainda na defesa da promoção automática, Leite (1959, p. 29) diz que ela não poderá ter sucesso se tomada isoladamente. Implica uma "transformação radical da escola, na medida em que se transformam seus objetivos básicos, na medida em que professores e alunos passarão a viver em torno de outros valores e aspirações". Delimita características mais gerais acerca do papel do professor, do aluno e da metodologia. Tece comentários também acerca do papel dos gestores que não devem agir arbitrariamente e que devem estar atentos para envolver professores e diretores no programa de implantação da proposta. Para o autor, o programa de instituição da promoção automática estaria condenado ao fracasso "se os seus executores não estiverem convencidos de sua necessidade, assim como de suas limitações".

Alguns aspectos chamam a atenção nesse artigo de Leite. Primeiro, é o único estudo encontrado nesse período que discute mais especificamente a questão a partir do ponto de vista da escola, da metodologia, do papel do professor e do aluno. Em segundo lugar, ao final do texto, o autor usa um tom propositivo e declara a defesa pela instituição do programa de reforma, porém com algumas ressalvas.

Cabe ainda notar que muitos fundamentos e justificativas utilizados por Leite para a promoção automática, são hoje utilizados para apresentar as propostas de organização da escolaridade em ciclos e de instituição do regime de progressão continuada.

O texto de H. Martin Wilson, *Avaliação, promoção e seriação nas escolas inglesas*, de 1954 (p. 57), é uma tradução e relata a experiência do caso inglês. Ao longo do artigo, o autor compara os sistemas de ensino inglês e o norte-americano. Wilson parte do ponto de que a liberdade sempre foi a base da educação inglesa. Defende esse ideal ressaltando que essa liberdade à qual se refere diz respeito às escolas e às administrações locais, diferentemente da liberdade norte-americana que se refere à liberdade dos alunos e de suas famílias. Na segunda parte do artigo, são apresentadas as justificativas educativas, e não-pedagógicas, para a organização das classes por idade: "a Inglaterra vem praticando, de todo coração, há cerca de 20 ou 30 anos, a prática de promoção por idade. (...) o ato Educacional de 1944 (...) praticamente recomenda que

toda criança inglesa passe para a escola secundária aos 11 anos de idade".

Wilson descreve como se organiza uma escola sem reprovação e diz como deve ser o trabalho em classe para atender a cada aluno de acordo com suas possibilidades. Demonstra partir de um princípio básico em que cada aluno tem possibilidades diferenciadas, sendo desenvolvidas pelos professores e escola de acordo com as mesmas. Há aqueles que pouco irão adiante, mas isso é assim mesmo. A premissa de que todos os alunos deverão chegar no mesmo ponto ao final de cada ano letivo é inexistente, como aparece expresso no trecho: "naturalmente, nas escolas pequenas, vários grupos de alunos entregam-se a trabalhos diferentes dentro da mesma classe. (...) cada criança é colocada em um grupo-classe, de acordo com a estimativa de suas capacidades" (Wilson, 1954, p. 58).

Sendo a escola livre para fazer seu próprio planejamento escolar, este deverá ser feito de acordo com os alunos e as classes que se tem. Wilson (1954, p. 58) destaca a autonomia da unidade escolar:

Cabe essencialmente ao diretor decidir quais os cursos que devem ser ministrados aos vários grupos de alunos e que crianças devem seguir determinados cursos. (...) O professor também pode realizar, com maior eficiência, a escolha de livros, métodos, ritmos de trabalho e programa, adaptando-os melhor às possibilidades do aluno.

Uma terceira parte do texto refere-se aos instrumentos de avaliação da aprendizagem dos alunos, bem como aos instrumentos de informação aos alunos e famílias acerca do aproveitamento escolar. O artigo encerra destacando mais uma vez os princípios filosóficos de tal sistema e diferenciando-o do norte-americano.

Em 1956 é publicado na seção "Através de Jornais e Revistas", artigo de Luiz Alves de Matos, intitulado "A aprovação e a reprovação escolar". Em seu texto o autor tem por objetivo apontar que as causas da reprovação estão muito mais na falta de formação dos professores e na ineficiência do sistema escolar do que apenas em causas externas como, por exemplo, nos alunos ou nas suas famílias. Diferentemente da análise de Cardoso em 1949, Matos coloca na escola e no professor as principais causas da reprovação. Como Leite

(1959), Matos (1956, p. 257) aponta que a escola fundamental é de direito e que não deve se tornar

uma agência selecionadora de talentos privilegiados, mas deve ser difusora da educação e da cultura a serviço da juventude e da democracia. (...) Não será por certo, cortando a mais da metade dos jovens nela matriculados a possibilidade de prosseguir nos estudos, que a escola brasileira, tanto a primária como secundária, cumprirá esta sua nobre missão.

O autor faz uma crítica ao alto índice de reprovação nas escolas brasileiras, aponta algumas causas, descreve consequências práticas de uma aprovação e de uma reprovação quando adequadas ou não e tece comentários, como o transcrito acima, que servirão de base para os discursos a favor da instituição da promoção automática.

Em 1957, a *RBEP* transcreve o discurso do presidente da República à época, Juscelino Kubitschek, realizado ao final de 1956 para uma turma de professoras primárias formandas em Belo Horizonte. O título dado ao discurso na revista destaca a instituição da promoção automática: "Reforma do ensino primário com base no sistema de promoção automática".

O discurso de Kubitschek (1957, p. 144) enaltece experiências estrangeiras e relaciona promoção automática com progresso. O presidente confere à educação papel relevante na modernização e no avanço da sociedade e segue a lógica argumentativa já destacada nos artigos anteriores, qual seja, uma escola menos seletiva, de direito, na qual as diferenças são consideradas,

onde as aptidões não são uniformes e a sociedade precisa tanto das mais altas, quanto das mais modestas. Não mais se marca a criança com o ferrete da reprovação, em nenhuma fase do curso.

Terminado este, é ela classificada para o gênero de atividade a que se tenha mostrado mais propensa. Sobre racional, a reforma seria econômica e prática, evitando os ônus da repetência e os males da evasão escolar.



A partir da citação transcrita acima do texto de JK, podemos notar que um novo argumento para a implantação de um sistema de promoção automática aparece nos artigos levantados na *RBEP*. O fato de a promoção automática ser uma reforma econômica e prática, uma vez que retiraria o ônus que a repetência e evasão causam ao sistema educativo.

Ainda em seu discurso, Kubitschek (1957, p. 144) destacou que a inclusão de módulo complementar ao ensino primário, de caráter profissionalizante e voltado às parcelas da população que não pudessem seguir no ensino secundário, com a concomitante adoção em todo o ensino primário "do sistema de aprovação automática, vitorioso hoje entre os povos mais adiantados", garantiria uma reforma de ampla repercussão.

Em artigo de 1957, Almeida Júnior discute "Repetência ou promoção automática?" O texto é uma transcrição de palestra proferida pelo autor em 1956, mesmo ano do discurso de JK, no 1º Congresso Estadual de Educação, realizado em Ribeirão Preto (SP).

Almeida Júnior relata para os participantes do Congresso em São Paulo a sua participação na Conferência Regional sobre a Educação Gratuita e Obrigatória, promovida pela Unesco, em Lima, no Peru, em abril de 1956. Destaca um ponto que lhe chamou bastante atenção e que se refere a um estudo da Unesco sobre o fenômeno da reprovação nos países da América Latina. Segundo Almeida Júnior (1957, p. 3), o documento continha dados estatísticos e sugeria a adoção de políticas de promoção automática nesses países, que poderiam seguir o exemplo do sistema inglês. Embora Almeida Júnior defendesse a promoção automática, afirmava que a sua adoção simplesmente, sem o necessário acompanhamento de outras medidas, faria com que a proposta não atingisse seu objetivo. Ressaltando que o grave problema da repetência constitui-se prejuízo financeiro e subtrai oportunidades educativas a considerável contingente em idade escolar, o documento que foi entregue pela delegação do Brasil na Conferência, preconizava:

- a) revisão do sistema de promoções na escola primária, com o fim de torná-lo menos seletivo; b) estudo, com a participação do pessoal docente primário, de

um regime de promoções baseado na idade cronológica dos alunos e em outros aspectos de valor pedagógico, e aplicável, em caráter experimental, aos primeiros graus da escola.

Almeida Júnior (1957, p. 11) mostrava-se favorável à adoção da solução inglesa: "aproveitemos a lição alheia; não porém, tão-somente a da sua página final, a da promoção automática". Referia-se às medidas necessárias para a adoção: aperfeiçoamento de professores, modificação da então vigente concepção de ensino primário, revisão dos programas e critérios para promoção, cumprimento da escolaridade obrigatória com a convocação de todos os alunos de 8 anos para a escola, melhorar a formação de professores nos cursos regulares.

Um artigo publicado por Luís Pereira (1958) no jornal *O Estado de S. Paulo* demonstra que a discussão sobre o tema da promoção automática chegava ao âmbito do espaço do público em geral. Tal artigo, sob o título "A promoção automática na escola primária", foi reproduzido na *RBEP* no mesmo ano.

O autor inicia sua análise afirmando que existe no ideário pedagógico, há pelo menos três ou quatro anos, propostas de renovação da escola primária, sendo esse movimento fortemente marcado pela instituição da promoção automática. Diz que tal sistema de promoção vem sendo utilizado na Inglaterra e nos Estados Unidos com êxito. Entretanto, Pereira (1958, p. 105) destaca que o êxito deve-se à superação anterior, por parte desses países, de problemas relativos às condições materiais e pessoais do funcionamento escolar e que a base para implantação desse sistema nesses países deveu-se à busca de soluções para alunos que apresentavam dificuldades especiais para aprender e que, como os outros, deveriam ter iguais oportunidades de completar a escola fundamental (até 11 anos, no caso inglês). "Tratava-se, pois, de fundamentação provinda da constatação de deficiências de certos alunos e não da existência de precárias condições materiais e pessoais do funcionamento escolar". A análise apontava as premissas originais para a implantação do sistema de aprovação automática e, denunciava a distorção que vinham sofrendo no caso brasileiro, pela simples adoção do modelo sem resolver problemas básicos

de funcionamento e de condições materiais de nosso sistema. O texto denunciava os problemas do sistema escolar brasileiro tais como analfabetismo, falta de vagas, falta de preparo dos professores, bem como grande quantidade de professores leigos.

Pereira (1958, p.107) termina seu artigo denunciando que a repetência é consequência de uma série de graves problemas e que a promoção automática, embora "eliminasse as altas porcentagens de repetência, não afetaria de modo direto e profundo os fatores desse fenômeno e que levaria à perda de um valioso termômetro do funcionamento do sistema escolar primário – os índices de repetência".

A crítica publicada no jornal cumpria o papel de desnudar os discursos oficiais em torno da promoção automática como redentora e promissora de avanços do País em direção aos países mais avançados, como no discurso de JK. Porém, a crítica rápida não ponderava uma série de questões já tratadas em artigos de educadores como Almeida Júnior (1957) e Leite (1959), como já vimos.

O último artigo levantado data de 1959 e é de autoria de Heloísa Marinho. A autora demonstra em seu texto o quanto a entrada do aluno no jardim-de-infância interfere de forma positiva para sua promoção ao final da primeira série. Para isso, Marinho utiliza dados estatísticos de promoção na primeira série no Distrito Federal (atual município do Rio de Janeiro) comparando os alunos que tiveram a experiência do jardim-de-infância com aqueles que não a tiveram. Embora não se relacionando diretamente com a questão da promoção automática, o texto está inserido no bojo das discussões do período, uma vez que pretende mostrar o quanto a entrada da criança na escola um ano antes do previsto obrigatoriamente interfere nos índices de aprovação e/ou reprovação na série que existe um "ponto nevrálgico", segundo aparece no texto de Cardoso (1949).

Considerações gerais

Esse quadro traçado a partir dos artigos da *RBEP*, na década de 50, mostra o início de uma discussão e experiências em torno da promoção automática que vão se

intensificar na década seguinte. Segundo Mainardes (1998, p. 17), o debate sobre o sistema de promoção automática no Brasil data da década de 50, a partir de discussões que se configuravam no âmbito internacional. Porém, no início da década de 60, a "Unesco, na Primeira Reunião Internacional de Ministros de Educação, realizada em Genebra, recomendava esta modalidade escolar para países do Terceiro Mundo com problemas de cobertura na área rural". Ainda segundo o autor, no período de 1968 a 1972, o Estado de São Paulo implantou um sistema de promoção automática que só retornaria em 1984, com a implantação do Ciclo Básico. O mesmo aconteceu em Santa Catarina (1970-1984) e no Rio de Janeiro (1979-1984). Embora, essas diferentes experiências e propostas tivessem suas peculiaridades, tinham em comum partir da premissa de que era necessário, no ensino fundamental, um sistema de avaliação que não excluísse o aluno da escola, tentando amenizar ou até resolver o problema da evasão e repetência e, desta forma, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público.

Em minha pesquisa de mestrado (Fernandes, 1997) pude demonstrar que foi a partir de debate travado na 3ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) em 1979, que se introduziu um novo cunho político, analítico e teórico às discussões anteriores acerca do tema da promoção automática. Aprofundando as análises sobre a seletividade escolar no 1º grau, os debates levaram às justificativas teóricas para a implantação de políticas educacionais que visavam à implantação de sistemas de avaliação que traziam uma perspectiva de "não-reprovação", seja em séries, níveis, ou ciclos. A novidade em relação às propostas anteriores se inseria na análise de que a implantação da promoção automática não deveria vir desacompanhada de uma série de outras medidas, não só no nível das políticas educacionais, como também no nível intra-escolar. Cunha (1991, p. 218) aponta, referindo-se como justificativa a não-adoção da promoção automática no município de São Paulo, quando da gestão de Guiomar Namó de Mello, que, "onde a promoção automática foi adotada sem outras medidas complementares, a qualidade do ensino caiu irremediavelmente, como foi o caso de Santa Catarina e Rio de Janeiro".

Entretanto, a partir da leitura dos textos de Almeida Júnior (1957) e Leite (1959) podemos perceber que esses autores, já no final dos anos 50, apontavam a necessidade de se tomar a medida da promoção automática acompanhada de outras medidas no nível escolar. O próprio texto de Leite trazia no título a relação necessária entre o sistema de promoção e a adequação curricular. O autor tratava também de aspectos da didática e discutia o papel dos professores e alunos. Ele sinalizava que seria uma "mudança radical na escola".

Podemos notar que a análise dos artigos e da literatura pertinente possibilitou a percepção de que há um vácuo entre as análises dos pesquisadores e educadores e as implantações das propostas. Se já em meados de 1950 os estudos tratavam a análise do tema de forma cuidadosa, no sentido de destacar tanto as vantagens quanto os possíveis problemas a partir da adoção do sistema de promoção automática e ainda apontavam medidas complementares necessárias ao funcionamento do sistema escolar e da metodologia, pode-se perceber, também, que as implantações das políticas de promoção não acompanharam as investigações e ponderações realizadas pelos especialistas.

Não é propósito deste trabalho enfocar décadas posteriores a 1950. Portanto, os breves comentários acima pretendem apenas situar o leitor um pouco mais no contexto das experiências de promoção automática que se sucederam ao período analisado aqui.

Como um dos objetivos deste trabalho, podemos afirmar que é na década de 50 que as discussões em torno do tema da promoção automática e de outras lógicas de organização da relação idade/série começam a se intensificar. Podemos identificar essa década como o nascedouro de propostas e reflexões acerca do tema. Porém, devemos fazer a ressalva de que apenas foram analisados artigos publicados na *RBEP*, mas que de certa forma espelhavam o que se discutia sobre educação no Brasil.

O contexto da década de 50, marcado pela forte industrialização do País, pela abertura de novas estradas, pela modernização dos estados e da Região Centro-Oeste em especial, aparece refletido também no contexto educacional. O pensamento educacional é tomado pela euforia da entrada do País na era do desenvolvimento. Embora existam

ressalvas cuidadosas e críticas sobre as precárias condições da educação escolar no País, as altas taxas de analfabetismo, repetência, evasão, formação dos professores, falta de escolas, há, ao mesmo tempo, a crença de que reformas no sistema educacional poderão acontecer e contribuir para que o País entre nessa era desenvolvimentista. O discurso de JK, enaltecendo a reforma com base na promoção automática como "vitoriosa nos povos mais adiantados", nos dá um claro exemplo dessa visão. O presidente continua destacando em sua fala que a escola moderna deixou de ser seletiva, devendo "educar a cada um, no nível que cada um pode chegar". Uma concepção marcada pelas premissas do sistema inglês para a instituição da promoção automática, como podemos observar.

Ainda na pauta da análise do pensamento educacional na época, podemos acrescentar a análise de Maria Helena Patto (1996, p. 87). Segundo a autora, as duas primeiras décadas de circulação da *RBEP*, 40 e 50, revelam como o pensamento escolanovista havia tomado conta dos órgãos governamentais e que "a revista nasceu com o objetivo de ser porta-voz de uma leitura dos problemas educacionais brasileiros à luz dessa concepção de educação." A autora assinala ainda que nesse período o que estava em pauta na revista era "a defesa da escola pública, a urgência de reformá-la e o propósito de buscar resposta para os problemas educacionais brasileiros em experiências educativas já consagradas em outros países".

Os textos de Almeida Júnior, Leite, Matos e o discurso de JK assinalam esse pensamento destacado por Patto e exemplificam a necessidade, na época, de se repensar a concepção acerca da função social da escola, aspecto que pode ser observado nos trechos a seguir:

Para esse efeito (o da conquista dos efeitos da promoção automática como no caso da Inglaterra) eis a seguir as providências capitais a serem tomadas: modificação da vigente concepção do ensino primário, revisão dos programas e critérios de promoção (Almeida Júnior, 1957, p. 11).

Essas condições (referindo-se às mudanças na vida e na organização das famílias, à instrução como um ideal político e outras) criaram a necessidade de uma escola para todos, e não apenas para um

pequeno grupo; precisamente por essa razão, a idéia de uma escola para alguns, selecionados através de reprovações, passa a ser seriamente discutida (Leite, 1959, p. 18).

A escola primária e (...) a secundária (...) são de direito e agências difusoras da educação e da cultura a serviço da juventude e da democracia. Sua alta missão social é valorizar, pela educação e pela aculturação, o imenso potencial humano da nação que jaz inaproveitado e imerso no analfabetismo e na ignorância (Matos, 1956, p. 107, referindo-se às altas taxas de repetência na escola).

As necessidades sociais de nosso tempo estão a exigir que a escola primária se transforme. (...) Entre os pedagogos modernos, já não se considera a escola primária simples estágio para aprendizagem dos rudimentos da leitura, da escrita e do cálculo. Há de, também, preparar o homem para o trabalho, integrando-o na economia nacional (Juscelino Kubitschek, 1957, p. 143).

Outro aspecto a destacar nas considerações gerais deste trabalho diz respeito ao fato de que os mesmos argumentos sobre as necessidades das reformas e instituição do sistema de promoção automática são utilizados com distintos objetivos pelos diferentes autores. Poderíamos dizer que os mesmos argumentos servem para promover as reformas, criticá-las e analisá-las tanto do ponto de vista pedagógico-educativo quanto do ponto de vista estrutural e de organização do sistema escolar.

Finalmente, ainda é preciso assinalar que esses mesmos argumentos, tanto pedagógicos quanto políticos e econômicos, para a implantação do sistema de promoção automática na década de 50 permanecem nos discursos atuais. Nas diferentes redes de ensino em que a avaliação continuada ou progressão continuada foram adotadas, os argumentos referem-se à inclusão de todos os alunos na vida escolar, à obrigatoriedade do ensino fundamental, ao respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, à formação de classes mais homogêneas quanto aos interesses por conta da faixa etária dos alunos. Os argumentos utilizados nos anos 50 para a implantação da promoção automática continuam atuais, embora exista hoje um maior amadurecimento em torno de suas possíveis fundamentações pedagógicas, bem como mais experiências em redes de ensino e avaliação de seus impactos nas taxas de aprovação.²

Os debates e as propostas em torno de modificações no sistema de promoção no ensino fundamental marcam longa data no Brasil. O levantamento bibliográfico na *RBEP* demonstra que experiências internacionais de promoção automática datam da primeira metade do século 20 e muito influenciaram pesquisadores e políticos brasileiros, especialmente a partir da década de 50 em diante. Entretanto, chegamos ao início do século 21 ainda com interrogações e com uma pauta de questões acerca do tema ainda não equacionado.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA JÚNIOR, A. Repetência ou promoção automática? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 3-15, jan./mar. 1957.
- BARRETO, E. S. de S.; MITRULIS, E. Os ciclos escolares: elementos de uma trajetória. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 108, p. 27-48, nov. 1999.
- CARDOSO, O. B. O problema da repetência na escola na escola primária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 74-88, 1949.
- CUNHA, L. A. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991.
- FERNANDES, C. O. *A construção do currículo na escola pública: a interação de propostas curriculares oficiais com o projeto educativo de uma unidade escolar*. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

² Para mais dados, consultar: Fernandes (1997); Franco, Fernandes e Bonamico (2000); Fernandes e Franco (2001).

- FERNANDES, C.; FRANCO, C. Séries ou ciclos? O que acontece quando os professores escolhem? In: FRANCO, C. (Org.). *Avaliação, ciclos e promoção na educação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FRANCO, C.; FERNANDES, C.; BONAMINO, A. Avaliação na escola e avaliação da educação: possibilidades e desafios. In: CANDAU, V. (Org.). *Reinventar a escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ÍNDICE da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (1944-1984). Brasília: Inep, 1986.
- KUBITSCHKEK, Juscelino. Reforma do ensino primário com base no sistema de promoção automática. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 141-145, jan./mar. 1957. Discurso proferido pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek, na solenidade de formatura das alunas concluintes dos cursos do Instituto de Educação de Belo Horizonte.
- LEITE, D. Moreira. Promoção automática e adequação do currículo ao desenvolvimento do aluno. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 75, p. 189-203, jul./set. 1959. Seção: Através de revistas e jornais.
- MAINARDES, J. A promoção automática em questão: argumentos, implicações e possibilidades. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 192, p. 16-29, maio/ago. 1998.
- _____. A organização da escolaridade em ciclos: ainda um desafio. In: Franco, C. (Org.). *Avaliação, ciclos e promoção na educação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- MANIFESTO dos educadores. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 75, p. 189-203, jul./set. 1959.
- MARINHO, H. Da influência do jardim-de-infância na promoção da primeira série. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, p. 3-8, jan./mar. 1959.
- MATOS, L. A. A aprovação e a reprovação escolar. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 63, p. 254-257, jul./set. 1956. Seção: Através de revistas e jornais.
- MELLO, G. N. As condições intra-escolares na determinação da seletividade do ensino de 1º grau: um problema de pesquisa. In: GOLDBERG, M. A. et al. (Org.). *Seletividade socioeconômica no ensino de 1º grau*. Rio de Janeiro: Achiamé/ANPEd, 1981. p. 15-25.
- PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.
- PEREIRA, L. A promoção automática na escola primária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 105-107, out./dez. 1958. Seção: Através de Revistas e Jornais.
- TEIXEIRA, A. Padrões brasileiros de educação (escolar) e cultura. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, p. 3-22, jul./set. 1954.
- WILSON, H. Martin. Avaliação, promoção e seriação nas escolas inglesas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 55, p. 52-63, jul./set. 1954.

Recebido em 30 de março de 2001.

Cláudia de Oliveira Fernandes, mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), é doutoranda em Educação (Avaliação da Aprendizagem e Políticas Públicas) nessa universidade.

Abstract

This paper presents a review of literature on age-based form allocation policies. Articles reviewed were published at Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) during the 50's. The paper discusses to what extent the present debate about organizing schooling in learning cycles are similar to the arguments advanced at that time.

Keywords: learning cycles; evaluation; automatic progression; age-based form allocation; promotion; repetition; school failure.
